

Seleção Pública para Designações de Juízes Leigos

da Comarca de Divinópolis/MG

Processo Seletivo de Juízes Leigos - Edital nº 01/2021

CADERNO DE PROVA

Leia com atenção:

- 1- Somente abra este caderno após ler as instruções e quando autorizado pelos fiscais da sala;
- 2- Preencha seus dados **SOMENTE** no quadro abaixo;
- 3- Para as respostas utilize caneta esferográfica azul ou preta;
- 4- Esta prova não deverá ser dobrada, amassada ou rasurada;
- 5- No corpo da prova não poderá haver qualquer tipo de identificação.

Nome do Candidato: _____

Nº. de Inscrição: _____

Nº. da Carteira de Identidade: _____

Questão 01:

Leia o texto abaixo:

Um amor desse
Era 24 horas lado a lado
Um radar na pele, aquele sentimento alucinado
Coração batia acelerado

Bastava um olhar pra eu entender
Que era hora de me entregar pra você
Palavras não faziam falta mais
Ah, só de lembrar do seu perfume
Que arrepio, que calafrio
Que o meu corpo sente
Nem que eu queira, eu te apago da minha mente

Ah, esse amor
Deixou marcas no meu corpo
Ah, esse amor
Só de pensar eu grito, eu quase morro

AZEVEDO, N. LEÃO, W. QUADROS, R. **Coração pede socorro**. Rio de Janeiro, Som Livre, 2018 (fragmento)

Essa letra de canção foi composta especialmente para uma campanha de combate à violência contra as mulheres, buscando conscientizá-las acerca do limite entre relacionamento amoroso e relacionamento abusivo. Para tanto, a estratégia empregada na letra é a

- a) revelação da submissão da mulher à situação de violência, que muitas vezes a leva à morte.
 - b) ênfase na necessidade de se ouvirem os apelos da mulher agredida, que continuamente pede socorro.
 - c) exploração de situação de duplo sentido que mostra que atos de dominação e violência não configuram amor.
 - d) divulgação da importância de denunciar a violência doméstica, que atinge um grande número de mulheres no país.
 - e) naturalização de situações opressivas, que fazem parte da vida de mulheres que vivem em uma sociedade patriarcal.
-

Questão 02:

Meu caro Sherlock Holmes, algo horrível aconteceu às três da manhã no Jardim Lauriston. Nosso homem que estava na vigia viu uma luz às duas da manhã saindo de uma casa vazia. Quando se aproximou, encontrou a porta aberta e, na sala da frente, o copo de um cavalheiro bem vestido. Os cartões que estavam em seu bolso tinham o nome de Enoch J. Drebbet Cleveland, Ohio, EUA. Não houve assalto e nosso homem não conseguiu encontrar algo que indicasse como ele morreu. Não havia marcas de sangue, nem feridas nele. Não sabemos como ele entrou na casa vazia. Na verdade, todo assunto é um quebra-cabeças sem fim. Se puder vir até a casa seria ótimo, se não eu lhe conto os detalhes e gostaria muito de saber sua opinião. Atenciosamente, Tobias Gregson.

DOYLE, A.C. Um estudo em vermelho. Cotia: Pé de Letra, 2012

Considerando o objetivo da carta de Tobias Gregson, a sequência de enunciados negativos presente nesse texto tem a função de:

- a) restringir a investigação, deixando-a sob responsabilidade do autor da carta.
- b) refutar possíveis causas da morte do cavalheiro auxiliando na investigação.
- c) identificar o local da cena do crime, localizando-o Jardim Lauriston.
- d) introduzir o destinatário da carta, caracterizando sua personalidade.
- e) apresentar o vigia, incluindo-o entre os suspeitos do assassinato.

Questão 03:

O pronome "lhe" está INDEVIDAMENTE empregado na alternativa:

- a) O jornal informa-lhe novas perspectivas de trabalho.
 - b) Aconselharam-lhe um bom preparo para o desempenho profissional.
 - c) O psicólogo orienta-lhe uma vez mais.
 - d) Lembraram-lhe a data de novo teste vocacional.
 - e) Comunicam-lhe novas modalidades de trabalho.
-

Questão 04:

Dados os vocábulos:

- I. puni-los
- II. instruí-los
- III. fosse

constatamos que está (estão) devidamente acentuado(s):

- a) Apenas I e III
 - b) Apenas II e III
 - c) Apenas III
 - d) Todos os vocábulos
 - e) Nenhuma das anteriores
-

Questão 05:

Leia e resolva:

Moda da menina trombuda

É a moda
Da menina muda
Da menina trombuda
Que muda de modos
E dá medo.
[...]

Cecília Meireles

Dadas as afirmativas quanto às palavras homônimas muda (verso 2) e muda (verso 4) destacadas no poema,

- I. O primeiro termo classifica-se como adjetivo, e o segundo, como verbo.
- II. Os termos constituem-se como parônimos.
- III. Os termos constituem-se como homônimos homógrafos.

Verifica-se que está(ão) correta(s):

- a) I, II e III.
- b) II e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, apenas.

Questão 06:

Todas as palavras da sequência estão grafadas CORRETAMENTE em:

- a) Cizânia – ojeriza – apaziguar – deslizamento – querosene.
 - b) Usura – reveses – desprezo – maizena – grisalho.
 - c) Bicabornato – suspensão – expansivo – conversível – defensivo.
 - d) Submissão – discussão – remissão – intercessão – restrissão.
 - e) Intervenção – exceção – reivindicar – remição – contenção.
-

Questão 07:

Relacione as colunas. Depois assinale a alternativa construída.

- (1) O rugido do rei das selvas é ouvido a uma distância de 8 quilômetros () Sinestesia
- (2) Embarcou há pouco no avião. () Antonomásia
- (3) Com aqueles olhos frios, disse que não me amava. () Catacrese

- a) 3-1-2
 - b) 2-1-3
 - c) 1-2-3
 - d) 3-2-1
 - e) 2-3-1
-

Questão 08:

Senso antes de humano não é censo. Senso e censo são palavras:

- a) antônimas
 - b) sinônimas
 - c) homófonas
 - d) homógrafas
 - e) homônimas
-

Questão 09:

De acordo com o entendimento do STJ, a responsabilidade civil do incapaz pela reparação dos danos que houver causado, quando seus pais não tiverem meios de repará-los, será:

- I – Solidária, mas mitigada.
- II – Condicional.
- III – Subsidiária e Equitativa.
- IV – De eficácia diferida.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) I, II, III e IV.

Questão 10:

Renato adquiriu imóvel e assinou contrato no âmbito do qual foi excluída, por cláusula expressa, a responsabilidade pela evicção. A cláusula é:

- a) Válida, mas, se Renato restar evicto, terá direito de receber o preço que pagou pelo imóvel, ainda que soubesse do risco da evicção.
- b) Válida, excluindo, em qualquer caso, o direito de Renato receber quaisquer valores em caso de evicção.
- c) Nula, porque fere o preceito de ordem pública.
- d) Válida, mas, se Renato restar evicto, terá direito de receber o preço que pagou pelo imóvel, se não soube do risco da evicção ou, se dele informado, não o assumiu.
- e) Válida, mas, se Renato restar evicto, terá direito de receber o preço que pagou pelo imóvel mais indenização pelos prejuízos decorrentes da evicção, tais como despesas de contrato e custas judiciais, se não soube do risco da evicção ou se, dele informado, não o assumiu.

Questão 11:

Henrique, motorista cauteloso, conduzindo seu veículo automotor dentro do limite de velocidade e devidamente habilitado, para evitar o atropelamento de João, que atravessava a rua fora da faixa de pedestres, desvia de João e colide com Maria. Maria

tem danos materiais e estéticos em razão do acidente. Nesse contexto, é correto afirmar que Henrique:

- a) Não praticou ato ilícito, considerando ter atuado em estado de necessidade e, portanto, não deverá indenizar Maria.
- b) Não praticou ato ilícito, considerando ter atuado em estado de necessidade, mas, ainda que não tenha cometido ato ilícito, assistirá direito a Maria de ser indenizada por Henrique.
- c) Responde objetivamente pelos danos a que der causa, ressarcindo integralmente Maria dos danos estéticos, morais e materiais.
- d) Não responde pelos danos a que der causa por ter praticado ato lícito na forma do exercício regular do direito, estando habilitado e dentro do limite de velocidade permitido na via.
- e) cometeu ato ilícito, causando dano material, moral e estético a Maria e, portanto, deve regularmente indenizá-la em razão do princípio da reparação integral;

Questão 12:

Considere as assertivas abaixo.

- I – Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre elas atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros compossuidores.
- II – A posse clandestina é injusta porque tem origem no abuso de confiança.
- III – É possuidor indireto o proprietário de um imóvel adquirido com cláusula constituti.

Quais são corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

Questão 13:

João, capaz e com 55 anos de idade, tem como únicos herdeiros Marcio, Roberto e Caio, fruto de seu relacionamento com Maria, casados sob o regime da comunhão parcial de bens. Como é proprietário de diversos imóveis, decide alienar um deles para Marcio. Procura então o Defensor Público da Comarca para orientação jurídica sobre a

possibilidade desta transferência de propriedade. Considerando a situação narrada, é correto afirmar que:

- a) No caso de doação do ascendente para descendente, mostra-se indispensável a concordância dos demais herdeiros, o que não se faz necessário em se tratando de compra e venda.
- b) A venda de ascendente para descendente é considerada antecipação da herança futura.
- c) A alienação do imóvel de João para Marcio é nula de pleno direito, não suprimindo a nulidade a concordância dos outros herdeiros.
- d) A venda pode ser realizada livremente, sem a necessidade de concordância dos demais, desde que não seja feita por preço vil.
- e) A venda de ascendente para descendente exige o consentimento expresso tanto dos demais descendentes como de Maria.

Questão 14:

O Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) conferiu nova sistematização às tutelas provisórias. Ao mesmo tempo em que aproximou, em grande medida, os requisitos das modalidades de tutelas provisórias de urgência, trouxe um tratamento próprio para a tutela da evidência. Tendo em vista esse novo regime jurídico, assinale a alternativa correta:

- a) Concedida liminarmente a tutela provisória de urgência cautelar pleiteada na inicial de uma ação de cobrança, esta terá sua eficácia estabilizada caso a parte contrária não interponha o recurso cabível da decisão; e, neste caso, o processo será extinto com resolução do mérito.
- b) Para a concessão das tutelas provisórias de urgência cautelar e antecipada exige-se a demonstração da probabilidade do direito ou, alternativamente, a existência de risco ao resultado útil do processo.
- c) Por força do princípio da causalidade, a formulação de pedido de tutela provisória de urgência, ainda que em caráter incidental, sujeita-se ao recolhimento de custas processuais específicas. Sem embargo, sendo o pleito formulado em caráter antecedente, a parte fica desobrigada de recolher as custas, que somente serão exigíveis quando do eventual aditamento ou emenda da petição inicial, com a complementação do pedido e da causa de pedir.
- d) A tutela da evidência, que prescinde da demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, pode ser concedida, dentre outras hipóteses, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver orientação do plenário ou do órgão especial do tribunal a que estiver vinculado o magistrado.

e) O indeferimento da tutela provisória de urgência cautelar requerida em caráter antecedente não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no seu julgamento, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

Questão 15:

Para se conferir maior segurança e previsibilidade à aplicação de regimes jurídicos que se sucedem no tempo, sobretudo quando são realizadas alterações substanciais em leis que estruturam determinados seguimentos normativos, como ocorreu no âmbito do Direito Processual Civil, é imperiosa a criação de regimes ou normas de transição. Tendo em vista as disposições transitórias constantes do Livro Complementar do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), os princípios e teorias aplicáveis à sucessão de leis no tempo, bem como a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

a) As disposições de direito probatório adotadas pelo Código de Processo Civil revogado (Lei nº 5.869/1973) aplicam-se às provas requeridas ou determinadas de ofício a partir da data de início da vigência da nova legislação em vigor (Lei nº 13.105/2015), contanto que o ajuizamento da demanda tenha se dado sob a égide daquele.

b) Por força do critério cronológico, destinado a regular o aparente conflito de leis em decorrência da sua sucessão no tempo, à tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública aplica-se exclusivamente o regime implementado pelo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), tendo sido revogadas tacitamente todas as disposições constantes de leis especiais sobre a matéria.

c) As disposições do Código de Processo Civil revogado (Lei nº 5.869/1973), relativas ao procedimento sumário, aplicar-se-ão às ações propostas e não sentenciadas até o início da vigência Código de Processo Civil em vigor (Lei nº 13.105/2015).

d) Aos recursos interpostos antes da entrada em vigor do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) aplicam-se, quanto aos pressupostos e requisitos de admissibilidade, as disposições deste, pois o sistema recursal rege-se integralmente pela lei vigente ao tempo em que apreciado o recurso pelo tribunal competente.

e) Por se tratar de procedimento mais simples, notadamente pela preponderância da oralidade, sempre que a lei remeter a procedimento previsto na lei processual sem especificá-lo, será observado o procedimento sumário do Código de Processo Civil revogado (Lei nº 5.869/1973), que subsiste com fundamento em regra de transição.

Questão 16:

Com a crescente valorização dos meios alternativos de solução de conflitos, é possível observar que o atual Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) incorporou diversas diretrizes inerentes à potencialização da primazia da solução consensual dos litígios. Nessa linha, estabelece o seu art. 3º que “é permitida a arbitragem, na forma da lei” (§

1º), “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos” (§ 2º) e “a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial” (§ 3º). Para concretizar essas diretrizes teóricas incorporadas ao texto da lei, houve uma sensível alteração na estrutura do procedimento comum, de modo que, em geral, a parte demandada é citada não para oferecer resposta de imediato, mas para comparecer a uma audiência de conciliação ou sessão de mediação, a partir da qual, não havendo transação, inicia-se o prazo para resposta. Em observância às normas previstas no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) a respeito da audiência de conciliação ou mediação, é correto afirmar, exceto:

- a) A audiência não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, ou quando em relação ao objeto do litígio não se admitir a autocomposição.
- b) Havendo litisconsórcio, qualquer que seja a sua modalidade, o desinteresse na realização da audiência manifestado por apenas um dos litisconsortes produz efeitos automaticamente em relação aos demais.
- c) O não comparecimento injustificado da parte demandante ou demandada à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.
- d) A intimação da parte autora para a audiência será feita na pessoa de seu advogado.
- e) A autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por sentença, constituindo título executivo judicial.

Questão 17:

A ajuizou demanda em desfavor de B, requerendo a sua condenação ao cumprimento de obrigação de fazer e ao pagamento de quantia certa. Na inicial ainda pleiteou a concessão de tutela provisória de urgência em relação à obrigação de fazer, cuja apreciação e deferimento só ocorreu quando da prolação da sentença. Diante de tal situação, B, que já esperava a condenação ao pagamento de quantia, manifestou perante o seu advogado interesse em recorrer dos capítulos concernentes à obrigação de fazer, notadamente em relação à antecipação dos efeitos da tutela, cuja exigibilidade imediata poderia gerar vultosa despesa. Diante dessa situação hipotética e considerando-se o sistema recursal previsto no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta:

- a) O advogado de B deverá interpor agravo de instrumento, impugnando o deferimento da tutela provisória de urgência e, concomitantemente, apelação, caso também se pretenda discutir a questão de mérito concernente ao capítulo da sentença em que se fixou a obrigação de fazer.

b) Por força do princípio da unirrecorribilidade, ou singularidade recursal, mesmo o capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória será impugnável por meio de apelação, sendo manifestamente incabível, na hipótese, o recurso de agravo de instrumento.

c) Caso seja interposto recurso de agravo de instrumento diante da situação narrada, deverá o tribunal conhecê-lo como apelação, em prestígio ao princípio da fungibilidade recursal.

d) O advogado de B deverá interpor apelação, impugnando o deferimento da tutela provisória de urgência, bem como a questão de mérito concernente ao capítulo da sentença em que restou fixada a obrigação de fazer. Neste caso, por haver capítulo envolvendo tutela provisória de urgência, a apelação será dotada de efeito regressivo, permitindo-se ao magistrado, no prazo de 5 (cinco) dias, o exercício do juízo de retratação.

e) Impugnando apenas o capítulo que envolve a concessão da tutela provisória por meio do recurso de apelação, poderá o tribunal, com fundamento no efeito translativo do recurso, apreciar o capítulo não impugnado, reformando ou ampliando a conclusão acerca da obrigação de pagamento de quantia certa.

Questão 18:

Considerando-se as regras, princípios e entendimentos jurisprudenciais, notadamente do Superior Tribunal de Justiça, acerca do procedimento de execução e da fase de cumprimento de sentença, assinale a alternativa incorreta:

a) O Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento no sentido de que é impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.

b) A impenhorabilidade das verbas salariais não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários mínimos mensais.

c) Por influência do princípio da utilidade da execução, estabelece o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) que não se levará a efeito a penhora quando ficar evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução.

d) No cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, a parte executada será intimada para efetuar o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, além de honorários advocatícios concernentes à fase de conhecimento. Sendo parcial o pagamento, a multa de 10% (dez por cento) e os novos honorários advocatícios, também de 10% (dez por cento), incidirão sobre a totalidade do débito.

e) A incorreção da penhora ou da avaliação poderá ser impugnada por simples petição intercorrente, no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente da oposição de

embargos à execução ou impugnação ao cumprimento de sentença.

Questão 19:

De acordo com a doutrina administrativa clássica e majoritária, são atributos dos atos administrativos:

- a) O sujeito, o objeto e a tipicidade.
 - b) A presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade.
 - c) A autoexecutoriedade, a tipicidade e a finalidade
 - d) A imperatividade, a finalidade e a presunção de legitimidade.
 - e) Competência, razoabilidade e presunção de legitimidade.
-

Questão 20:

Quanto a formação de vontade, os atos administrativos podem ser simples, complexos e compostos. Assinale a alternativa que revela corretamente o ato administrativo composto.

- a) É o que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único.
 - b) É o que resulta da manifestação de um órgão colegiado.
 - c) É o que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, em que a vontade de um é instrumental em relação ao outro que edita o ato principal.
 - d) É o que resulta de manifestação de vontades homogênicas, ainda que de entidades públicas distintas.
 - e) É o que resulta de manifestação de vontade direta de dois ou mais órgãos de mesma hierarquia.
-

Questão 21:

Quanto a intervenção do Estado na propriedade, analise as afirmativas a seguir.

- I – A servidão administrativa é, via de regra, permanente e constitui direito real sobre a propriedade alheia em favor da Administração Pública.
- II – Na requisição o Estado utiliza bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente.
- III – O tombamento só alcança bens imóveis, podendo ser voluntário ou compulsório.
- IV – Na desapropriação todos os bens poderão ser expropriados, incluindo coisas móveis e imóveis, corpóreas e incorpóreas, públicas ou privadas.

Estão corretas apenas as alternativas:

- a) I e II.
 - b) II e IV.
 - c) I e IV.
 - d) I, II e III.
 - e) I, II e IV.
-

Questão 22:

Segundo o entendimento majoritário do STJ, no caso de ação indenizatória ajuizada contra a fazenda pública em razão da responsabilidade civil do Estado, o prazo prescricional é:

- a) Decenal, como previsto no Código de Processo Civil, em detrimento do prazo trienal previsto pelas normas de direito público.
 - b) Quinquenal como previsto pelas normas de direito público, em detrimento do prazo decenal contido no Código de Processo Civil.
 - c) Trienal, como previsto pelo Código de Processo Civil, em detrimento do prazo quinquenal contido no Código Civil.
 - d) Quinquenal, como previsto pelas normas de direito público, em detrimento do prazo trienal contido no Código Civil.
 - e) Trienal, como previsto no Código Civil, em detrimento do prazo quinquenal contido no Código de Processo Civil.
-

Questão 23:

Com relação ao processo disciplinar, é correto afirmar:

- a) A administração tem discricionariedade para eleger entre duas ou mais penas legalmente previstas, e o judiciário pode substituir por outra pena aplicada, caso demonstrada a prática de abuso de poder ou desvio de finalidade.
- b) Demonstrado em juízo o abuso de poder ou o desvio de finalidade, a pena aplicada pela Administração não pode ser substituída, mas anulada por decisão judicial.
- c) É vedado à Administração, diante do princípio da legalidade estrita e da tipicidade do ilícito disciplinar, eleger uma pena aplicável entre duas ou mais cominadas para determinada infração.

d) A pena aplicável pela Administração é aquela prevista em lei e só pode ser substituída por decisão judicial.

e) Apenas constatando-se abuso de poder a pena aplicada pela administração pública pode ser substituída por decisão judicial.

Questão 24:

Com base nos Princípios Constitucionais Tributários, analise as afirmativas a seguir:

I – a vedação que impede a União, os Estados, o DF e os Municípios de exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça consagra o princípio da legalidade tributária.

II – o princípio da irretroatividade tributária veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que o instituiu ou majorou.

III – o princípio da uniformidade geográfica admite excepcionalmente que sejam concedidos incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.

Assinale:

a) se nenhuma afirmativa estiver correta.

b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 25:

Escapa ao conceito de tributo a ideia de:

a) prestação pecuniária.

b) instituição por lei.

c) compulsoriedade.

d) penalidade.

e) atividade administrativa vinculada.

Questão 26:

Dentre outras hipóteses, suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

- a) o depósito do seu montante integral e a moratória.
 - b) o pagamento e o parcelamento.
 - c) o depósito do seu montante integral e a remissão.
 - d) a remissão e a transação.
 - e) a prescrição e a compensação.
-

Questão 27:

Compete à União instituir os seguintes impostos:

- a) renda e proventos de qualquer natureza, produtos industrializados e propriedade de veículos automotores.
 - b) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações incidem no exterior, propriedade de veículos automotores e propriedade territorial rural.
 - c) exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, propriedade territorial rural e transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
 - d) propriedade predial e territorial urbana, propriedade territorial rural e importação de produtos estrangeiros.
 - e) propriedade territorial rural, produtos industrializados e grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
-

Questão 28:

No que concerne aos efeitos da solidariedade tributária passiva, salvo disposição de lei em contrário, é correto afirmar que:

- a) a interrupção da prescrição contra um dos devedores não prejudica os demais.
 - b) a isenção objetiva beneficia todos os devedores.
 - c) o pagamento feito por apenas um dos obrigados não beneficia os demais.
 - d) a isenção subjetiva concedida a um dos devedores beneficia todos os demais.
 - e) a remissão concedida pessoalmente a um dos obrigados beneficia todos os demais.
-

Questão 29:

Segundo a lei 9.099/95 é correto afirmar:

- a) As empresas públicas da União podem ser parte nos Juizados Especiais Cíveis;
- b) o preso, a massa falida, o insolvente civil podem ser parte nos Juizados Especiais Cíveis;
- c) as pessoas físicas capazes cessionárias de direitos de pessoas jurídicas podem ser parte nos Juizados Especiais;
- d) em causas de valor inferior a 20 salários-mínimos se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, a outra parte terá assistência judiciária caso assim queira;
- e) o réu, em sendo pessoa jurídica, pode ser representado por preposto desde que empregado da empresa.

Questão 30:

Quanto aos Juizados Especiais Cíveis marque a alternativa incorreta:

- a) o mandato ao advogado poderá ser verbal, exceto quanto aos poderes especiais;
- b) admite-se nos Juizados Especiais o litisconsórcio passivo;
- c) nos Juizados Especiais o Ministério Público intervirá nos casos previstos em lei;
- d) é vedada a homologação de acordo extrajudicial cujo valor ultrapassar o limite de competência do Juizado Especial;
- e) os Juízes Leigos serão recrutados, preferencialmente, entre os bacharéis em direito.

Questão 31:

Considerando as disposições dos Juizados Especiais é incorreto afirmar:

- a) em algumas hipóteses a sentença de primeiro grau condenará o vencido ao pagamento de custas e honorários de advogado;
- b) em um Recurso Inominado o recorrido vencido pagará as custas e honorários de advogado, sendo estes fixados entre 10% e 20% do valor da condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa;
- c) serão contadas custas em caso de improcedência dos embargos do devedor;
- d) serão contadas custas em execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor;
- e) não se admitirá ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído pela lei 9.099/95.

Questão 32:

De acordo com a Lei 9.099/95:

- a) não tendo a parte autora cumprido diligência da qual ficou incumbida e abandonado a causa por mais de 30 (trinta) dias, após sua prévia intimação pessoal, o processo será extinto;
- b) o juiz declinará da competência quando reconhecida a incompetência territorial, remetendo-se o feito ao juízo competente;
- c) deixando a parte de comparecer a qualquer audiência o processo será extinto e cobradas as custas da contumácia, ainda que a ausência se dê por motivo de força maior;
- d) a extinção do processo por inércia dependerá da prévia intimação pessoal das partes;
- e) ajuizada a ação e sobrevindo a incapacidade da parte autora o processo será extinto.

Questão 33:

Marque a alternativa incorreta:

- a) os embargos de declaração no âmbito dos Juizados Especiais suspendem o prazo para interposição de recurso, desde que interpostos no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da decisão;
- b) a pessoa jurídica pode ser representada em audiência por preposto, sem vínculo empregatício com a referida empresa, desde que munido de carta de preposição com poderes para transigir;
- c) em caso de mudança de endereço considera-se válida a intimação do réu dirigida ao último endereço por ele informado no processo;
- d) valerá como título executivo extrajudicial o acordo celebrado pelas partes, por escrito, referendado pelo órgão competente do Ministério Público;
- e) compete aos Juizados Especiais processar a execução de seus próprios julgados.

Questão 34:

Sobre o conceito legal de consumidor é correto afirmar:

- a) consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário intermediário.
- b) apenas a pessoa física ou a coletividade de pessoas que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final pode ser considerada consumidor.
- c) equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

d) consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, exceto a coletividade de pessoas.

e) equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, determinável, que haja intervindo nas relações de consumo.

Questão 35:

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, são direitos básicos do consumidor, exceto:

a) a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.

b) a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

c) a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.

d) a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

e) a adequada e ineficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Questão 36:

Constatado o vício de quantidade do produto, poderá o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha, exceto:

a) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

b) a substituição do produto por outro, de qualquer espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios.

c) complementação do peso ou medida.

d) abatimento proporcional do preço.

e) a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios.

Questão 37:

À luz do Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção incorreta.

- a) a publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.
- b) na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.
- c) o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- d) o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- e) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade.
-

Questão 38:

Em caso de vício do produto, o consumidor poderá exigir, alternativamente e à sua escolha, a substituição do produto, a restituição imediata da quantia paga ou o abatimento do preço, se o fornecedor não resolver o problema em

- a) 45 dias
- b) 30 dias
- c) 90 dias
- d) 2 anos
- e) 5 anos
-

Questão 39:

No que tange à Resolução Nº. 174 do Conselho Nacional de Justiça, assinale a opção incorreta.

- a) os juízes leigos, quando remunerados ou indenizados a qualquer título, serão recrutados por prazo determinado, permitida uma recondução, por meio de processo seletivo público de provas e títulos, ainda que simplificado, conduzido por critérios objetivos.
- b) os juízes leigos são auxiliares da Justiça recrutados entre advogados com mais de 2 (dois) anos de experiência.

c) ao magistrado da unidade incumbe o dever de fiscalizar e coordenar o trabalho de juízes leigos, devendo estar presente na unidade do Juizado Especial durante a realização das audiências.

d) O juiz leigo terá o prazo máximo de 15 dias, a contar do encerramento da instrução, para apresentar o projeto de sentença, que só poderá ser entranhado aos autos e disponibilizado para o público externo no sistema de informática caso seja homologado.

e) A lotação de juízes leigos deverá guardar proporção com o número de feitos distribuídos em cada unidade judiciária.

Questão 40:

Nos termos da Resolução N.º 792/2015 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, são requisitos para o exercício da função de juiz leigo, além da aprovação na seleção pública, EXCETO:

a) ser brasileiro, nato ou naturalizado e maior de vinte e um anos.

b) não exercer atividade político-partidária, ou ser filiado a partido político, ou ser representante de órgão de classe ou entidade associativa.

c) possuir inscrição definitiva no quadro de advogados da Ordem dos Advogados do Brasil.

d) não ser cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, do Juiz Titular ou em exercício no Juizado Especial no qual exerça suas funções.

e) não registrar antecedente criminal nem responder a processo penal, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 7º da referida resolução.

Questão Dissertativa:

Disserte sobre os princípios orientadores dos Juizados Especiais e sobre a capacidade ativa e passiva à luz das leis que regem o sistema.

--